

O PMDB entre ser Judas ou Salomé

(Auc)

Secção Temática / Debate

VICTOR FACCONI

Judas vendeu Cristo por 30 moedas de prata. O PMDB quer vender Sarney por um Ministério ou por 30 votos, como se fosse assim tão fácil o povo esquecer a traição do Plano Cruzado. Paulo não voltou a ser Saulo depois que se converteu na estrada de Damasco. Mas Pedro, que renegou Cristo três vezes diante dos soldados, voltou a ser Pedro, porque em tempo se arrependeu.

A referência que faço a passagens da Bíblia é a analogia com a situação do PMDB, vem a propósito de declarações do senador Fernando Henrique Cardoso, querendo isentar o PMDB das responsabilidades que assumiu perante o povo brasileiro nas eleições do Colégio Eleitoral de 84, ampliadas consideravelmente pelo resultado das eleições de 86. E ainda em razão da decisão dos chamados "históricos" do PMDB ao proporem o rompimento com o presidente Sarney, o mesmo que elegeram e com o qual integram o governo,

quer antes, como durante e depois do Plano Cruzado, o que levou o governador Ivarro Dias, do Paraná, a criticar como mero oportunismo eleitoral. No restam dúvidas de que o Plano Cruzado e o sequestro dos bois, constituiram a principal força eleitoral das últimas eleições, e sem os quais o PMDB não seria a força política que resultou dos mesmos. Agora, a hora de pagar a conta do Plano Cruzado, os que mais se beneficiaram delê querem negar a conta, e passar novo calote, e para isso já se apressam em jogar Sarney ao mar.

O equívoco da analogia produzida pelo senador líder do PMDB talvez se explique em se tratando de um agnóstico declarado, e por certo pouco afeito à Bíblia. Por suas qualidades eu não desejaria comparar suas declarações ao bailado de Salomé, cobrando de Herodes a cabeça de João Batista numa bandeja, segundo narra a Bíblia.

Retornando do Rio Grande do Sul no dia 4, na reabertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte, procurei traduzir em Brasília, o clamor das ruas, dos lares, das fábricas, lojas, escolas, igrejas, campos e lavouras do meu Rio Grande perplexo e angustiado com o que se passa na política estadual e nacional e suas maléficas consequências na vida econômica e social do país. A sociedade clama por Constituição já, por eleições já, por definições já, por responsabilidades, competência e punibilidade já, num país onde o governo e os políticos nada definem, a sociedade atônita reclama que os partidos definam suas propostas, se estabeleça a responsabilidade e a punibilidade, a competência e a justiça de que tanto carecemos na vida pública nacional. Enquanto isso o PMDB discute o poder, os cargos, usando e abusando das mordomias oficiais e querendo fugir das eleições como o diabo foge da cruz.

O povo deplora e se revolta diante

do descaso com que os vitoriosos nas eleições de 86, tão logo realizadas, passaram a tratar a coisa pública como se nenhum compromisso tivessem com as urnas, com o Plano Cruzado, com as esperanças colocadas no coração de cada brasileiro. Nunca se viu tanto descaso, verdadeiro deboche, tanta irresponsabilidade, tanta corrupção, tanta malversação de dinheiro público, tanta orgia de gastos publicitários, tanta inflação, tanta política, tanto achatamento salarial, tanto esmagamento e autoritarismo econômico e social, tanto populismo, tanta destruição e tanta traição, quanto depois que o PMDB chegou ao poder, ao poder pleno de todo o país. A verdade é que a irresponsabilidade e a impunidade estão soltas e comprometendo, como nunca, a moral, a lei e a política nacional. Até quando?

VICTOR FACCONI, 46, advogado e economista, é deputado federal pelo PMDB-85.

15 JAN 1988

O que se espera do PMDB

JOÃO OSWALDO LEIVA

FOLHA DE SÃO PAULO

A história dos partidos políticos brasileiros ensina que eles nunca se ajustaram à definição clássica de partidos. Invariavelmente, esses agrupamentos formavam-se em torno de lideranças regionais carismáticas, como o PSP de Adhemar ou o PL de Pilla, ou ainda sob o patrocínio do poder central, como o PTB e o PSD de Vargas. A dimensão continental do território brasileiro e a inexistência, até os anos 70, de um sistema nacional de telecomunicações, retiveram o Brasil na pré-história de um modelo partidário contido em ilhas mais ou menos influentes no cenário nacional, nada mais que isso.

A partir de 1980, com a criação do PMDB, surge no Brasil a primeira possibilidade de se criar um verdadeiro partido político. Herdeiro dos 15 anos de lutas do MDB contra o arbítrio da ditadura, tinha o PMDB duas características que o apontavam como algo realmente novo na cena política brasileira: o fato de ser nacional e de, por consequência, apresentar uma proposta suficientemente ampla à sociedade.

De fato, as diferenças regionais e os desníveis sociais praticamente impedem a criação de partido político nacional, no Brasil, com proposta ideologicamente estreita. O que é bom para o trabalhador dos seringais do Acre nem sempre coincide com as reivindicações do operariado dos setores de ponta da indústria. A tese

que sensibiliza a dona-de-casa paraense pode diferir fundamentalmente dos anseios dos grupos feministas de Guarulhos — e assim por diante.

O PMDB apresentou-se ao povo com um discurso generoso de transformação da sociedade. As lideranças que ceifaram traziam a credencial da resistência democrática e o povo identificou-se com esse símbolo de libertação. Discordo dos que afirmam estentar o PMDB o pecado original de ter sido gerado pela ditadura, já que sucedeu ao MDB, fruto do bipartidarismo imposto pelos militares. A opção pela oposição foi uma virtude, e não um pecado. O erro de origem é outro: o partido uniu pela negativa, arrematando todos quantos tinham a coragem de dizer não à ditadura.

Derrubado o regime e abertas, como de fato o foram, as franquias democráticas, descobrimos que o cimento da negativa já não aglutina e já não serve ao momento político que atravessamos. O insumo básico, agora, é o cimento da afirmação que constrói, é a formulação de propostas concretas que permitam a travessia do autoritarismo para a plenitude democrática e, finalmente, a consolidação dessa democracia que todos almejamos.

É uma caminhada difícil, penosa, cheia de obstáculos. Os setores sociais que durante duas décadas se beneficiaram com a ditadura conti-

nuam ativos e não se dão por vencidos. A direita está articulada e cada vez mais coesa — sobretudo nas questões básicas que dizem respeito aos seus interesses imediatos, como a manutenção de uma ordem social que lhe garanta os privilégios.

Nesse momento, o PMDB chega à Constituinte sem uma proposta unitária que consulte as aspirações da grande parcela do povo que o fez majoritário na Assembleia. E porque não consegue um entendimento sobre o principal, gasta-se tempo, energia e paciência do povo no debate de questões secundárias, desacreditando o partido perante a opinião pública. O debate interno, que ora se trava no PMDB, está completamente fora de hora. Ele deveria ser realizado antes, ou depois, da Constituinte — nunca durante. As discussões em torno da criação de um novo partido, assim como a que determina a duração do mandato do atual presidente da República, não vão elevar o salário real do trabalhador ou elevar sua qualidade de vida.

Nesse momento, o que se espera do PMDB é a discussão de questões de fundo, como a redistribuição de renda nacional e a criação de uma ordem social mais justa, que elimine progressivamente os bolsões de miséria. Para isso, devemos admitir, é necessário uma boa dose de renúncia às vaidades pessoais, mais competência política e maior capacidade de

articulação que as demonstradas na demolição do regime autoritário.

Os constituintes do PMDB devem ter em mente o compromisso, assumido nos palanques, de elaboração de uma Constituição que contemple os avanços sociais reclamados pelas grandes maiorias. Devem lembrar-se de que foram eleitos pelo PMDB, beneficiando-se da credibilidade que o partido conquistou em vinte anos de resistência e de luta; cabe, portanto, questionar se o mandato popular lhes pertence totalmente ou se, em grande parte, não pertence também ao PMDB, o que transforma a tese do abandono do partido em uma questão ética extremamente delicada. Devem respeitar o esforço de milhões de militantes peemedebistas que se atiraram de corpo e alma na luta eleitoral, certos de que o seu partido daria respostas concretas à tarefa de construção de uma sociedade compatível com a índole popular e preparada para os desafios do terceiro milênio. Desse compromisso, sim, dependerá o futuro do PMDB e o futuro do regime democrático no Brasil.

O país inteiro está de olhos postos nos movimentos de cada constituinte, especialmente os do PMDB. A expectativa geral é de que, finalmente, os grandes temas estejam em campo.

JOÃO OSWALDO LEIVA, advogado civil, é secretário de Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo (governo Guarárd).

FOLHA DE SÃO PAULO